



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS

RAQUEL DO CARMO BIESEK

OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS: UM ESTUDO
DE CASO DO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO
IGUAÇU- PR.

LARANJEIRAS DO SUL

2021

RAQUEL DO CARMO BIESEK

**OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS: UM OLHAR
PARA O ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU- PR.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau
de Licenciado em Educação do Campo: Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Biesek, Raquel do Carmo
OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS: UM
ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE EM RIO
BONITO DO IGUAÇU- PR. / Raquel do Carmo Biesek. -- 2021.
47 f.:il.

Orientadora: DOUTORA Liria Ângela Andrioli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR,
2021.

I. Andrioli, Liria Ângela, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico esse trabalho ao meu filho
John Arthur Biesek de Lima

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS –
LICENCIATURA

RAQUEL DO CARMO BIESEK

**OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS: UM ESTUDO DE
CASO DO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU-PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus Laranjeiras do Sul*.

Orientador: Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli (UFFS)

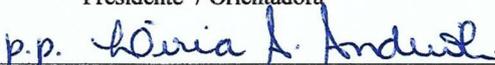
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 19 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli (UFFS)

Presidente / Orientadora



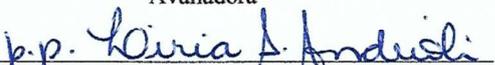
Profa. Dra. Maria Elói Gehlen (UFFS)

Avaliadora



Profá. Ma. Luizângela Padilha Pontarolo

Avaliadora



Danieli Bassanesi

Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que de alguma maneira contribuíram para a realização do presente trabalho.

Aos meus pais, Eva de Almeida e Hélio Biesek, que sempre me apoiaram e incentivaram em momentos difíceis de quase desistência.

Ao pequeno John Arthur, filho amado que apesar da pouca idade, foi e é, a minha maior fonte de inspiração diária, na luta por meus sonhos em busca de uma educação de qualidade e libertadora.

A todos os meus familiares, que de uma forma ou de outra, participaram desse processo, tornando-me, assim, uma das poucas, senão a única familiar, com ensino superior.

À minha professora e orientadora Liria Ângela Andrioli, que com dedicação abraçou este desafio junto comigo, tornando-o possível.

A todos meus amigos, que com suas palavras de carinho me fizeram encontrar inspiração e forças para desenvolver este trabalho.

Aos meus colegas da eterna turma D, que marcaram minha história e levo todos presentes em minha memória.

Aos educadores e toda a equipe da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul, PR, que com empenho e dedicação colaboraram para que este momento de minha história se tornasse possível.

Eu não consigo entender
Essa tal filosofia
Que me impede de fazer
Aquilo que pretendia
Que me chama de bandida
Que me deixa oprimida
Que me nega autonomia.

Sou uma mulher muito forte
Vivo a vida dirigindo
E assuntos de toda sorte
Estou sempre decidindo.
Só que quando é sobre mim
Sobre meu corpo e meu fim
Há o mundo me impedindo.

Eu custei a entender
Que a liberdade é negada
A toda e qualquer mulher
Que não quer ser sujeitada
Que abre a boca e grita
Que nunca será bandida
Por uma decisão tomada.

Já fui criminalizada
Tive a face apedrejada
Só por tentar exercer
O direito que penso ter
De cessar minha gravidez
De modo seguro e cortês
Sem ser presa nem morrer.

Mas não há cidadania
Há apenas sujeição
Pra aquela que contraria
Moral e religião
É como se a biologia
Fosse a ideologia
Que embasa a Criação.

Minhas companheiras morreram
Em abortos clandestinos
E se não tivesse partido
Quais seriam seus destinos?
A morte de coração
Dentro de qualquer prisão
Por julgamentos divinos.

Nós mulheres, precisamos
Pensar coletivamente
Que a guerra que enfrentamos
No passado e no presente
É o quadro cultural
Machista e patriarcal
Que ainda é evidente.

Quero poder decidir
Sobre minha vida e meu corpo
Ter liberdade de agir
De optar pelo aborto
De modo decente e seguro
Sem estar em cima do muro
E sem ver o meu corpo morto.

Exigo dignidade
Por ter cidadania
Tendo a possibilidade
De uma existência sadia
Mas me pergunto, num canto,
Por que incomoda tanto
A nossa autonomia?

Clarissa Alves

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo aprofundar a temática da opressão feminina no Assentamento Marcos Freire, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. A problemática traz a realidade do cotidiano das mulheres camponesas, suas lutas, conquistas e perspectivas de emancipação social. A pesquisa é de natureza qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas e tem viés etnográfico. Também se configura como estudo de caso. Nesse sentido, no primeiro capítulo contextualizaremos historicamente o Assentamento Marcos Freire e o processo de luta pelo acesso à terra. Na sequência, aprofundar-se-á teoricamente os conceitos de opressão e emancipação. Desse modo trazemos alguns/algumas interlocutores/as que nos auxiliarão no aprofundamento da temática. O terceiro e último capítulo possui como foco central o aprofundamento acerca do cotidiano das mulheres assentadas, trazendo a pesquisa empírica por meio das entrevistas semiestruturadas, o diálogo com interlocutores e a problemática da opressão e da emancipação.

Palavras-chave: Assentamento. Cotidiano. Emancipação. Mulheres. Opressão.

ABSTRACT

The objective of this work is to deepen the theme of female oppression in the Marcos Freire Settlement, located in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu/PR. The problem brings the reality of daily life of peasant women, their struggles, conquests and perspectives of social emancipation. The research is of a qualitative nature with semi-structured interviews and has an ethnographic bias. It is also configured as a case study. In this sense, in the first chapter we will contextualize historically the Marcos Freire Settlement and the process of struggle for access to land. In the sequence, the concepts of oppression and emancipation will be deepened theoretically. In this way we bring some interlocutors who will help us to deepen the theme. The third and last chapter has as its central focus the deepening of the The daily life of settled women, bringing empirical research through semi-structured interviews, dialogue with interlocutors and the problematic of oppression and emancipation.

Keywords: Settlement. Daily life. Emancipation. Women. Oppression.

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil - 2016.

FIGURA 2 – Acampamento Buraco.

FIGURA 3 – Passagem dos trabalhadores Sem Terra pelo portão da Fazenda Giacomet.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE	16
CAPÍTULO 2. OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES.....	21
2.1. OPRESSÃO.....	21
2.2. EMANCIPAÇÃO	25
CAPÍTULO 3: OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	47

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aprofunda a temática da opressão feminina no Assentamento Marcos Freire, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. A problemática traz a realidade do cotidiano das mulheres camponesas, suas lutas, conquistas e perspectivas de emancipação social.

O principal motivo que nos levou a realizar essa pesquisa foi o fato de vivenciar o cotidiano do Assentamento, sendo oriunda de família moradora do Assentamento Marcos Freire. Desse modo, refletir sobre a prática nos proporciona aprendizagem que dialoga com um sonho possível de transformação social na vida das mulheres. Aliar teoria e prática é uma tarefa árdua, mas necessária para a compreensão da realidade.

Compreender a realidade, nesse contexto, é analisar aspectos sociais, culturais, identitários que conduzem à reflexão mais aprofundada de uma determinada temática. No caso específico dessa pesquisa trazemos à tona a situação de opressão que muitas mulheres assentadas ainda se encontram. A pesquisa, entretanto, se propôs a analisar as diversas formas de opressão feminina, mas, também, procurou problematizar a temática da emancipação das mulheres.

Ao abordarmos o conceito de opressão estamos constantemente nos reportando ao contrário do sentimento de liberdade. Estar oprimida, significa estar presa a uma determinada situação ou a alguém. As opressões societárias, no entanto, podem se manifestar de diversas formas, seja por violências aparentes ou simbólicas. Muitas vezes, a sociedade já disseminou mecanismos de dominação que aparentam ser naturais para o sexo feminino, por exemplo. Na maioria das vezes há uma justificativa biológica para a opressão.

Libertar-se da opressão significa aproximar-se do conceito de ser sujeita, protagonista da história, com liberdade para tomar as decisões, na perspectiva da emancipação. Emancipar denota transformar uma realidade social num viés transformador, de melhores condições de vida.

Trabalhamos com a hipótese de que ainda há muitas situações de opressão na sociedade e também no Assentamento supra citado. Por mais, que hajam espaços de formação, as mulheres, muitas vezes vivem presas à cativeiros domésticos.

Já houveram várias conquistas em termos de mudanças nas relações de gênero na sociedade, onde as mulheres já alcançaram um local significativo no mundo do trabalho. A luta, entretanto, persiste!

A pesquisa é de natureza qualitativa “onde a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.” (GOLDENBERG, 2003, p. 14). Farar-se-á algumas entrevistas semiestruturadas. Também tem viés etnográfico, pois aprofunda culturas e relações sociais. Ainda, se configura como estudo de caso. Foram realizadas 6 entrevistas, onde as mulheres assentadas contaram um pouco da história de suas vidas. Para a realização das entrevistas foram utilizadas algumas questões referentes ao cotidiano, à violência, à questão econômica, à história de vida de cada uma e o que essas mulheres almejam para o futuro.

Nesse sentido, no primeiro capítulo contextualizaremos historicamente o Assentamento Marcos Freire e o processo de luta pelo acesso à terra.

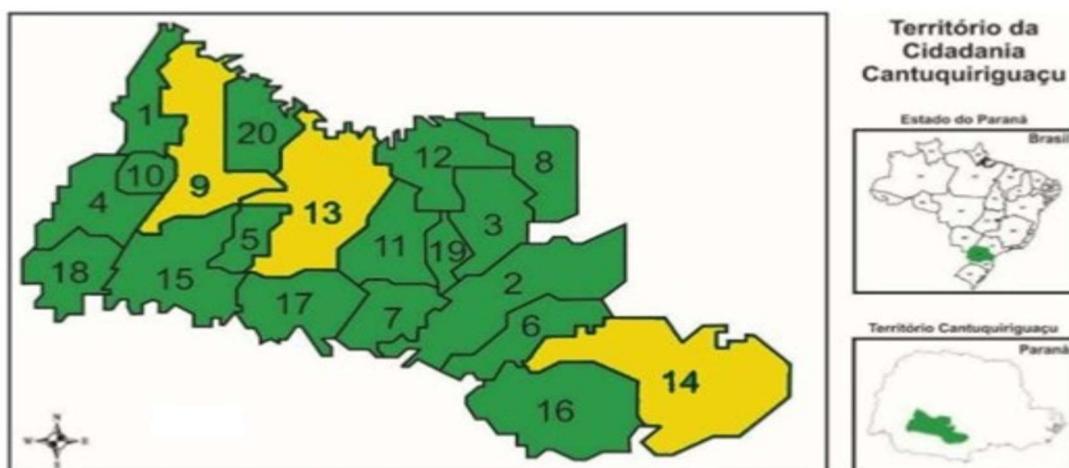
Na sequência, aprofundar-se-á teoricamente os conceitos de opressão e emancipação. Desse modo, trazemos alguns/algumas interlocutores/as que nos auxiliarão no aprofundamento da temática.

O terceiro e último capítulo possui como foco central o aprofundamento acerca do cotidiano das mulheres assentadas, trazendo a pesquisa empírica por meio das entrevistas semiestruturadas, o diálogo com interlocutores e a problemática da opressão e da emancipação. Para a concretização desse capítulo, foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram feitas entrevistas semiestruturadas, que, em alguns casos, foram gravadas e em outras situações transcritas e feitas anotações manuais.

CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE

O Assentamento Marcos Freire está localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu, na região da Cantuquiriguaçu, Centro Sul do Paraná. O Território Cantuquiriguaçu surge no ano de 1984 e reúne vinte municípios. O mesmo recebeu esse nome pelo fato de os municípios estarem em sua grande maioria localizados no Vale dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. Os municípios são: Campo Bonito, Cantagalo, Catanduvas, Candói, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. (CONDETEC, 2009; IPARDES, 2007). A seguir, a localização do Território em estudo:

Figura 1 – Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil - 2016.



(1) Campo Bonito; (2) Candói; (3) Cantagalo; (4) Catanduvas; (5) Espigão Alto do Iguaçu; (6) Foz do Jordão; (7) Porto Barreiro; (8) Goioxim; (9) Guaraniaçu; (10) Ibema; (11) Laranjeiras do Sul; (12) Marquinho; (13) Nova Laranjeiras; (14) Pinhão; (15) Quedas do Iguaçu; (16) Reserva do Iguaçu; (17) Rio Bonito do Iguaçu; (18) Três Barras do Paraná; (19) Virmond e (20) Diamante do Sul.

Fonte: Nedet, adaptado por Santos (2016).

Os Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves do Santos, que estão localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu-PR, juntos, são considerados os maiores Assentamentos de Reforma Agrária da América Latina. Essa região de Assentamentos tem seu início marcado por volta dos anos de 1996, onde mais de três mil famílias, em torno de 12 mil pessoas, juntam-se à beira do Rio Xagu ao lado da rodovia federal (BR 158), há cerca de dois quilômetros de distância do município de

Rio Bonito do Iguaçu, a fim de ocuparem o latifúndio da Fazenda Giacomet Marodin¹. O local do acampamento por ser localizado em uma baixada era denominado de acampamento do “Buraco”. (GALERA, 2009).

Inicialmente, as famílias acampadas eram oriundas de diversas regiões e também de religiões, etnia e culturas distintas. A princípio, eram cadastradas todas as famílias que demonstravam interesse em trabalhar na agricultura e a função de cadastramento dessas pessoas ficava por conta das lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Sindicatos de Trabalhadores Rurais de onde as famílias advinham e depois pelo próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Cabe salientar que ao chegarem no local, existiam algumas regras e normas de conduta elaboradas pelo coletivo para poderem se organizar da melhor forma possível em um espaço pequeno para abrigar tantas pessoas. (CARVALHO, 2011). Nas palavras de Galera (2009), é possível compreender esse processo de luta:

Na madrugada de 17 de abril de 1996, mais de 3000 famílias do MST ocuparam o latifúndio da Fazenda Giacomet Marodin, em Rio Bonito do Iguaçu. Era o início de uma luta de dois anos de acampamento até se tornarem assentados. A desapropriação dos 26 mil hectares da fazenda aconteceu em 1998, quando 1.501 famílias foram assentadas. Os dois assentamentos são divididos em 27 comunidades, com centros comunitários e espaço de lazer. Antes das famílias sem terra ocuparem a fazenda Giacomet o município de Rio Bonito do Iguaçu tinha pouco mais de cinco mil habitantes, hoje esse número se multiplicou se transformando em um dos maiores assentamentos do Brasil... e essa história segue... e Rio Bonito do Iguaçu cresce! (p.54).

Como ressalta Galera (2009, p.54) “segundo relatos e registros, no início de 1996 havia no Brasil aproximadamente 22 mil famílias acampadas. Durante este ano foram realizadas mais de 176 ocupações, que mobilizaram 45.218 famílias em 21 estados. Foi um recorde na história do MST.” Isso é reflexo da organização e da reivindicação por uma política nacional de Reforma Agrária popular. O MST assume papel central nessa organização da luta pela terra e no enfrentamento ao agronegócio. Rompe com problemas estruturais de desigualdades sociais, econômicas e de classe. Se posiciona contra a hegemonia da sociedade elitista.

¹ Fazenda Grileira que foi adquirida por meio de concessão de terras do Império. Cerca de 80% de um latifúndio de aproximadamente 104 mil hectares dentro das fazendas Rio das Cobras e Pinhal Ralo e que originalmente eram terras públicas. (PINA e HOSHINO, 2016).

No Brasil, a questão agrária sempre foi um problema constante e repetitivo. A promessa da realização da reforma agrária pelo Estado é repetida a cada governo. O prolongamento dessa questão constitui-se no emperramento da modernização da agropecuária, determinado por diferentes formas do histórico controle político ajustado pelo Estado e pelos latifundiários. É uma questão estrutural e o arranjo desse enorme problema nacional mantém-se firme, quase inabalável. (FERNANDES, 1998, p. 48).

Cabe ressaltar ainda a importância de discutir a questão agrária e o campesinato no país. Há um sentido político e ideológico na luta pela terra. Além da expropriação de terras de grandes latifundiários, está imbricada a perspectiva de se tornar visível na sociedade, no contexto de ser humano e não de excluído da história. As lutas também eram para modificar a estrutura fundiária e a sociedade capitalista.

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porem a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequeno proprietário. (GRZYBOWSKY, 1991, p. 24).

Tendo como base a terra para nela trabalhar e tirar o seu sustento, o Acampamento era além de espaço de luta e resistência, um espaço de análises periódicas da conjuntura de luta, mobilizando lideranças políticas para apressar o processo de negociação do futuro Assentamento. Quase todas as famílias se acampavam com suas crianças e ali formavam o seu lar. As crianças ajudavam os pais nos afazeres domésticos, brincavam e estudavam no seio do Acampamento.

O grupo de coordenação de mulheres que se preocupava em organizá-las em seus afazeres cotidianos de organização dos barracos. O grupo ligado a pastoral se ocupava da alimentação principalmente para as crianças, utilizando "multimistura" uma vez por dia [...]. (GALERA, 2009, p. 58).

É nítida a percepção que as mulheres estavam ligadas às tarefas com as crianças e os afazeres domésticos do Acampamento. A perspectiva do cuidado fica na maioria das vezes no espaço do privado. De acordo com Galera (2009), os homens assumiam a parte da segurança lá do Acampamento. As mulheres eram responsáveis pela alimentação e o cuidado com as crianças.

Num contexto de luta pela terra, entretanto, o cuidado também se aproxima do contexto de cuidado com o outro que é diferente de mim e não desigual. Assume-se

a perspectiva da alteridade, fundada em princípios humanizadores e de cuidado com a vida, com o próximo. "A terra como fonte de alimento, de proteção, de poder, de resistência e de mistério aparece assim representada em forma feminina por causa de uma certa semelhança entre os ciclos da terra e sua fertilidade e os ciclos femininos." (GEBARA, 2010, p. 44).

Mesmo com essas medidas tomadas acerca do cuidado com o outro, há relatos de óbito de dezesseis crianças no Acampamento, pelo fato de já virem desnutridas e/ou doentes para o Acampamento. Além do mais, o município não contava com condições estruturais e econômicas suficientes para atender todas as demandas dessa população, considerando que havia aumentado significativamente o número de habitantes no território. Nesse sentido, eram usados métodos alternativos para amenizar os problemas de saúde dos acampados, como chás. (GALERA, 2009).

Com a morte de Vanderlei das Neves e José Alves dos Santos por meio de uma emboscada realizada pelos jagunços² da fazenda, em 16 de janeiro de 1997, sai o decreto de desapropriação de 16.800 hectares, pois o fato repercutiu em todo o país inclusive no exterior, denegrindo a imagem da empresa que exportava celulose. É importante ressaltar que a partir desse acontecimento, a empresa Giacomet mudou seu nome para Araupel. Inicialmente, foram assentadas somente 900 famílias no novo Assentamento denominado "Ireno Alves dos Santos"³, as famílias foram escolhidas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) utilizando os critérios de quem nunca havia sido assentado antes, quem tinha bom relacionamento e participava das discussões. Cerca de um ano depois saiu a desapropriação de mais de dez mil hectares de terra também na fazenda Giacomet Marodin, que foi o suficiente para assentar as 601 famílias excedentes. (GALERA, 2009). As discussões eram para que o segundo Assentamento recebesse o mesmo nome do primeiro, porém, o INCRA não permitiu e o novo Assentamento passou a se chamar "Marcos Freire"⁴. Nesse processo de luta, muitas famílias acabaram desistindo e as que conseguiram permanecer foram assentadas em dois momentos distintos, primeiramente no Assentamento Ireno Alves dos Santos, 900 famílias e logo após no Assentamento Marcos Freire, 601 famílias.

² Uma espécie de guarda costas dos fazendeiros.

³ Líder geral que coordenava decisões de todos os grupos no Acampamento, faleceu em um acidente automobilístico em 25 de dezembro de 1996.

⁴ Advogado, professor e político, atuando como deputado federal e senador, foi ministro da Reforma Agrária.

Nesse processo de enfrentamento e conquista dos Assentamentos, as mulheres despontam como figuras importantes e essenciais em todo o processo de tomada do território. Esse cenário, contudo, está pouco visível nos escritos e até mesmo nas entrelinhas dos enfrentamentos de toda a “trama” da passagem do Acampamento ao Assentamento. É nesse sentido que se discorrerá todo esse trabalho. A seguir, elencamos uma entrevista feita por Galera (2009) que retrata as dificuldades vividas pelas mulheres e as suas lutas pela terra.

Foi um grande sofrimento nossa chegada, estava grávida e tinha medo, tinha onça, tigre, sofria também para fazer o pré-natal, mas não desistia era bem certinha nisso. Um fato que aconteceu que hoje lembro e acabo até rindo, foi quando meu marido quis que eu fosse dormir no barraco de minha irmã por achar ser mais seguro, acabei tendo que dormir no chão sendo que nosso barraco era alto e se tivesse aparecido algum bicho poderia ter chegado até a porta. Também o sofrimento que tivemos na chegada em nossa tão conquistada terra, derrubamos taquaras, abrimos caminho, foi difícil, mas vejo hoje que tudo compensou e valeu a pena a luta e a persistência. Não me arrependo de nada. (Verônica de Medeiros- Água Mineral). (p.70).

Analisando essas questões específicas das mulheres é que nos propomos a aprofundar a temática, em especial a realidade feminina camponesa, que como podemos observar em alguns relatos, não foi nada fácil. Sendo assim, discorreremos nos capítulos seguintes o protagonismo das mulheres no Assentamento, além de abordar as várias formas de opressão a que muitas encontram-se submetidas, seja por falta de apoio, seja por desconhecimento de seus direitos ou até mesmo pelo conhecimento dos fatos e descaso das políticas públicas governamentais que pouco fazem para assegurar de fato a segurança da própria vida.

Ademais, por vivermos em uma sociedade machista⁵ onde o sistema que rege é o patriarcal e capitalista, e além do mais, muito conservadora apesar de estarmos em pleno século 21, onde supostamente o mundo encontra-se consideravelmente avançado nas questões de gênero. Nesse sentido, os trabalhos de cunho feminista poderão auxiliar consideravelmente nesse debate, apresentando e analisando os avanços e conquistas das mulheres até o momento nesse processo de resistência e de lutas nos Acampamentos e Assentamentos em questão.

⁵ Machismo: termo usado para descrever um conjunto negativo de comportamentos e pensamentos masculinos, que colocam o homem como superior a mulher em vários aspectos.

CAPÍTULO 2. OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

Nesse capítulo, aprofundaremos os conceitos de opressão e emancipação, centrais para a análise desse trabalho, trazendo alguns interlocutores para o diálogo.

2.1. OPRESSÃO

O que é de fato a opressão? O que significa esse termo? Perguntas que não são tão fáceis de serem respondidas, pelo fato de terem muitas respostas, mas a maioria delas se remete ao fato de alguém impor seu poder sobre outra pessoa. Mas, mesmo sendo complicado para as pessoas definirem o que é a opressão, sabemos que grande parte delas, sendo estas o povo trabalhador e explorado pelo sistema capitalista⁶, sente na pele o que é ser oprimido de muitas formas e maneiras.

A opressão no cotidiano se apresenta das formas mais variadas, como cita Dalaqua (2019, p. 82): “A opressão pode se dar sob vários eixos: raça, gênero, sexualidade, origem geográfica, classe social, religião etc. Por mais distintos que sejam, comum a todos os eixos de opressão é a hierarquização das pessoas.” Nesse sentido, podemos dizer que a opressão está associada à desvalorização de uma pessoa perante a outra, seja individualmente ou coletivamente.

A opressão não nasce simplesmente porque alguém resolveu tornar-se opressor do dia para a noite, mas sim devido à realidade concreta do sistema em que vivemos, que por si só é opressor e excludente. Segundo Freire (1970, p. 21):

Ao fazer-se opressora, a realidade implica na existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes a que cabem realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis dessa busca.

Mas um ponto de extrema importância é o fato de que os oprimidos geralmente não têm a consciência de que são vítimas de um opressor, que muitas vezes este opressor convive com eles, mas de uma forma aparentemente solidária, amigável, fazendo deste ato opressor algo ainda mais cruel.

⁶ Sistema capitalista: “sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, predominante no mundo, que visa somente o lucro e acumulação de capital.” (CARVALHO, 2018, p. 1).

Toda forma de opressão gera uma semente de violência, que acaba caindo nas mãos dos oprimidos, como se fossem estes os responsáveis por semear tal semente. Como escreve Freire (1970, p. 24):

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme me situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores. [...]. Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser.

Essa dura realidade concreta afeta a todos. O ser humano é um ser societário e, conseqüentemente, o sujeito carrega consigo muitos reflexos desta sociedade, ou seja, como poderia um ser que vive imerso em uma sociedade desumana, desigual e excludente, refletir outra forma de ser, sendo ele vítima deste meio? Nessa perspectiva, Freire (1970, p. 25) argumenta:

Em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e de comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nessa situação, refletem a opressão que os marca. Na análise da situação concreta, existencial, de opressão, não podemos deixar de surpreender o seu nascimento num ato de violência que é inaugurado repetimos, pelos que tem poder.

Nossa sociedade atual vive ou “sobrevive”, em um sistema econômico que visa geralmente o lucro financeiro, o acúmulo de capital, onde o ter se torna cada vez mais importante que o ser. “A questão é que quando se oprime o outro, ou então, ao proibir o outro de ser sujeito, instaura-se uma situação de violência. Há aí uma discussão entre o ter e o ser. O ter é sinônimo de capital, o ser já se aproxima do ser sujeito, ser humano.” (ANDRIOLI, 2016, p. 78). Nesse sentido, aqueles que detêm o poder veem aqueles que não o possuem, como coisas, como simples meios de produção, que são usados para atingirem os seus objetivos desumanos e cruéis. “A opressão faz com que o outro seja *menos*. *Ser menos* significa ser dominado a ponto de ser objeto, de não ser cidadão, de ser impedido de ser “ser humano” em sua plenitude. Há um processo de desumanização.” (ANDRIOLI, 2016, p. 76, grifos da autora). Assim, a opressão vai se firmando e criando raízes.

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isto é que, para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter e ter como classe que tem. (FREIRE, 1970, p. 25).

Mas como já falamos anteriormente, um grande problema é a falta de conscientização do oprimido, pois este não se enxerga como tal e isso acaba se tornando mais um benefício a favor do opressor, já que enquanto o oprimido estiver quieto e calado, menos risco ele trará aos detentores do poder, ou seja, mantém-se a tão desejada ordem dos opressores. A respeito disso, Freire (1970, p. 27), assevera:

Na “imersão” em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a “ordem” que serve aos opressores que, de certa forma, “vivem” neles. “Ordem” que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agridem os próprios companheiros. É possível que, ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles indiretamente, o opressor também “hospedado” neles e nos outros. Agridem, como opressores, o opressor nos oprimidos.

Assim sendo, podemos constatar que apesar da violência sofrida cotidianamente, os oprimidos quase sempre se veem mais próximos aos opressores, do que aos próprios companheiros oprimidos, e na primeira oportunidade alcançada acabam oprimindo também. Esse sistema opressor tende a hierarquizar as pessoas, fazendo-as acreditar que é necessário um estar acima do outro, impedindo de perceber que estando lado a lado as mudanças por uma sociedade humanizadora seriam estariam mais próximas de serem alcançadas.

Como vimos, a opressão pode ter vários eixos e vertentes, mas sem dúvida um eixo principal é o poder econômico, que faz com que os oprimidos sejam tão dependentes dos opressores que se tornam praticamente cegos perante as atitudes opressoras fantasiadas de boas ações dos poderosos. Um exemplo bem simples dessa relação, é quando um pobre trabalhador oprimido pela vida e pelo sistema, consegue arrumar um emprego, mesmo que medíocre, ele fica extremamente agradecido ao patrão, sem levar em conta o quão explorado ele vai ser. Isso causa uma dependência tanto material, pois ele necessita do salário, mas também psicológica, pois ele não pode decepcionar aquele patrão “bondoso” que lhe deu um

emprego. Nesse contexto, cada vez mais o oprimido fica imerso em uma relação opressora e vai passando a refletir em sua vida essas ações.

O presente trabalho trata da vida de mulheres de um Assentamento da Reforma Agrária, o que nos leva a refletir sobre a opressão e como ela acontece nessa realidade em particular. O povo camponês foi e é historicamente explorado e oprimido de diferentes maneiras, sejam elas econômicas onde o sistema suga toda sua força de trabalho, sejam culturalmente, sendo eles considerados atrasados e ignorantes.

Nesse viés, podemos destacar alguns aspectos peculiares de opressão que ocorrem dentro dessa realidade, entre eles merece destaque a opressão contra a mulher. O campo, historicamente foi lugar onde o patriarcado⁷ se estabeleceu como predominante, onde o pai de família sempre teve mais destaque que a mãe, mesmo que os dois estivessem lado a lado em um determinado fato histórico. Isso quer dizer que a história foi contada a partir de pontos de vista de homens, os quais contavam suas façanhas e proezas, invisibilizando a história das mulheres que por muito tempo passou despercebida pela sociedade. Conforme Andrioli (2016):

Pode-se constatar, dessa forma, que a ação das diferentes estruturas constituintes da sociedade patriarcal faz com que haja um poder autoritário que consiste em reduzir as mulheres em objeto de uso e de troca. Há assim instalada uma superioridade, há alguém que domina e inferioriza, oprime tanto economicamente quanto socialmente. (p. 70).

Ademais, cabe ressaltar que o povo que se dispôs a estar em um Acampamento e, posteriormente, em um Assentamento, é um povo que teve a sua vida marcada pela opressão, tendo seus direitos negados, sua força de trabalho explorada brutalmente pelo capital, ou seja, é um povo oprimido em sua essência. Mas como vimos anteriormente, os oprimidos que não têm a consciência de sua condição, acabam por se tornar hospedeiros daqueles opressores que tanto lhe oprimiram. Em outras palavras, aqueles que são ou foram oprimidos tornam-se opressores de seus próprios companheiros oprimidos, nesse caso que nos referimos às mulheres, geralmente são aqueles homens próximos a elas que as oprimem de várias formas.

⁷ Patriarcado: “é um sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças.” (BASTOS, 2020, p.1).

Quando falamos de opressão de mulheres nos referimos às diferentes formas de violência, pois muitas vezes lhes é tirado o direito de contar suas próprias histórias a partir de seus pontos de vista, como autora da história e não uma mera participante.

Para haver uma libertação deste regime opressor é necessário que haja um processo de conscientização. Conforme Freire (2001, p. 33, grifos do autor), "a conscientização é o olhar mais crítico da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante." Esse caminho, contudo, ainda é árduo e longo, porém, faz parte de um sonho possível.

2.2. EMANCIPAÇÃO

Falar em emancipação implica considerar a liberdade, direitos sociais e civis e a autonomia. Ou seja, no próprio significado etimológico da palavra, já fica clara a importância da emancipação em todos os seus aspectos.

Trataremos nesse trabalho, emancipação como sinônimo de libertação e autonomia, buscando explicar formas e meios para que esta possa de fato ocorrer.

Tornar-se livre no contexto de nossa sociedade nos dias de hoje, é algo muito complexo. Todos os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, são dependentes de um sistema, e isso faz com que essa dependência se torne cada vez maior, pois não se trata apenas do indivíduo estar ligado ao sistema, mas, sim, a sociedade toda estar interligada a uma rede de exploração e opressão, onde a vida gira em torno do acúmulo do capital e a vida a cada dia importa menos.

Nesse sentido, podemos ressaltar outra característica muito marcante nos dias atuais, a posição do Estado perante essa situação. Como sabemos, o Estado tem como preceito cuidar e garantir os direitos e a liberdade de seu povo, porém, o que ocorre na prática é algo bem diferente. Em uma sociedade movida pela ânsia do lucro imediato, onde o dinheiro vale mais que qualquer coisa, onde os poderosos oprimem e exploram sem pensar nas consequências de suas ações o Estado acaba sendo apenas mais uma ferramenta nas mãos dessa elite perversa, como escreve Paes e Guedes (2015, p. 319):

O Estado é uma criação do interesse burguês, cuja existência impede que se perceba imediatamente que tudo deriva do interesse privado e que o interesse público é apenas um mito, dominação ideológica dos trabalhadores.

O Estado, com sua burocracia e grande poder de absorção e argumentação, vai deliberadamente defender a exploração do trabalho pela propriedade privada, tornando-se causa, não a solução dos problemas humanos. O Estado é, portanto, o mediador dos interesses privados numa esfera que se projeta como pública, mas que, em verdade, é dominado pelos mesmos interesses privados.

Sendo o Estado controlado pela classe dominante é nítido que este não está preocupado ou interessado na emancipação da classe trabalhadora. Como já tratamos no tópico anterior, é muito bom para o opressor que se mantenha uma ordem, ou seja, se as coisas ficam como estão o regime opressor mantém seu status quo, perpetuando, assim, a opressão e suas malignas raízes.

Vale ressaltar, que não podemos falar de emancipação de camponeses, agricultores, trabalhadores urbanos, sejam eles mulheres ou homens, sem ter a clareza que todos esses e muitos outros, fazem parte de algo maior, a mesma classe, a classe trabalhadora, que vem ao longo de muitos séculos sendo explorada.

O primeiro passo para a emancipação, é a tomada de consciência por parte dos oprimidos, mas isso não é uma tarefa fácil, pois, além de toda dependência que os oprimidos carregam consigo devido ao fato de dependerem economicamente dos opressores, estes também trazem uma dependência psicológica que foi introjetada em suas cabeças, fazendo-os pensar que são inferiores e incapazes de promover qualquer tipo de mudança nesta estrutura.

Emancipar significa inserir as mulheres em um espaço de convivência e de partilha, em que seus medos e dificuldades encontram um local de reconhecimento e socialização de vivências. É um espaço de afirmação de si como sujeito histórico que constrói consciência e solidariedade na luta coletiva, em meio a uma sociedade conflitiva. (ANDRIOLI, 2016, p. 66).

Ter uma visão crítica da vida e das coisas é algo primordial para a emancipação, mas o povo trabalhador brasileiro encontra muitos empecilhos para que isso ocorra. Como vimos, o Estado tende a privilegiar a classe dominante, assim não é de seu interesse promover e oferecer uma educação de qualidade que seja libertadora, pelo contrário, historicamente o que coube a classe trabalhadora foi uma educação pensada pela elite, na qual sempre o trabalhador foi inferiorizado, visto como indivíduos que não necessitam mais do simplesmente saber ler e fazer algumas contas, para se tornarem mão de obra, tendo seus sonhos e sua força vital sugados por este sistema opressor. Essa elite utilizou-se da educação, como uma simples

ferramenta de transmissão de conhecimento, conhecimento este, que ela julga ser adequada aos trabalhadores. De acordo com Freire (1970, p. 48):

As elites dominadoras, na sua ação política, são eficientes no uso da concepção “bancária” (em que a conquista é um dos instrumentos) porque, na medida em que esta desenvolve uma ação apassivadora, coincide com o estado de “imersão” da consciência oprimida.

A partir de uma educação que defende certos interesses, que não são os interesses daqueles que recebem essa educação, se gera uma manipulação das massas, e isso traz inúmeras consequências para a vida dessa “massa”. Essa manipulação que se constitui desde a escola e continua se desenvolvendo em todas as áreas da vida, serve a um propósito: a manutenção do poder da elite.

Cabe salientar, entretanto, que quando Paulo Freire se refere às massas populares emergindo, ele está se referindo à tomada de consciência, a busca pela autonomia, deixando de lado a manipulação e a opressão. De acordo com Freire (2002, p. 41):

autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade.

Falar em autonomia implica falar em sujeitos. Sujeitos homens e mulheres que pensam e se contrapõem ao ser objeto da vida societária. Esse é um constante vir a ser, um processo de construção e reconstrução. Desse modo, conforme Zitkoski (2008, p. 381, grifos do autor), "a luta por humanização funda-se antropologicamente e eticamente no processo de construção desse ser inconcluso, que busca recuperar sua humanidade e/ou superar o atual estágio de seu *ser mais*."

A autonomia dialoga diretamente com o conceito de emancipação e de libertação pois tem a ver com a práxis. “Vale salientar, contudo, que a humanização como processo é algo que se conquista na práxis, na ação-reflexão-ação, ou seja, não é um simples depositar nos seres humanos uma simples transmissão de conhecimento.” (ANDRIOLI, 2016, p. 81).

Marcela Lagarde (2005) nos auxilia nesse conceito aproximando-o com a perspectiva de empoderamento. Significa compreender a vida deste novo lugar que não é o da dominação. Conforme a autora:

Ser autora da própria vida significa ter e, se não temos, devemos adquirir recursos para compreender a vida desde um outro lugar que não seja a cultura dominante; desde um outro lugar que está distante das ideologias que legitimam a opressão, de modo que se possa reinterpretar a nossa própria vida. Esse outro lugar é a cultura feminista. (p. 88, tradução nossa).

O conceito significa movimento e vai em direção da desconstrução de valores, hábitos e costumes naturalizados. Assumir a própria vida significa libertar-se das amarras das diferentes situações de opressão, sejam elas econômicas, sociais, classistas, de gênero.

Para fins de compreensão, é importante voltar a análise aos primórdios da sociedade patriarcal⁸ onde a mulher ocupou um espaço limitado e, muitas vezes, inferiorizado, tendo muitos de seus direitos básicos como ser humano negados. Essa situação perdurou por muitos séculos, vivendo literalmente na sombra dos homens. Isso se acentua pela divisão sexual do trabalho, onde à mulher coube os deveres domésticos e o cuidado dos filhos, o mundo privado.

Nesse contexto, vale salientar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras na luta por sua emancipação. De acordo com Moraes (2008, p. 498):

A presença de meninas nos estabelecimentos escolares só foi permitida por lei no Brasil a partir de 1827. O acesso à universidade foi liberado em 1879, mas poucas tinham a coragem de enfrentar os preconceitos então existentes com relação às mulheres com curso superior. “Lugar de mulher é em casa, cuidando da família”. Estudar, só se for para aperfeiçoar-se nos papéis de esposa e mãe.

Como podemos notar, a entrada das mulheres em instituições de ensino foi muito tardia, mesmo essas instituições tendo a oferecer uma educação diferente daquela oferecida aos homens, isso demorou demais para ocorrer. A dificuldade de acesso à educação foi um enorme empecilho para a autonomia feminina, e isso interferiu em vários aspectos quando as mulheres, mesmo tendo condições, eram impedidas de frequentar a escola e continua interferindo até os dias de hoje.

A família mononuclear, na sociedade patriarcal, era vista como o lugar da mulher, sendo constantemente atribuído o dever de cuidar da mesma e dos filhos. Assim, foram ficando de lado as suas habilidades e os seus sonhos, como se ser mãe

⁸ No Brasil, esse modelo de família começou a formar-se logo no primeiro século da colonização, século XVI, a partir da herança cultural portuguesa, cujas raízes ibéricas estavam, nessa época, fortemente vinculadas com o passado medieval europeu.” (FERNANDES, 2021, s./p.).

bastasse à uma mulher. Mas mesmo que a mulher venha se desdobrando entre os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, isso dificilmente foi de fato valorizado, sendo o homem considerado aquele que provê o sustento da família um ser excepcional, já a mulher está apenas cumprindo com as suas funções básicas. A respeito disso, Moraes (2008, p. 501) escreve:

O modelo tradicional de família estava baseado numa divisão rígida de papéis, em que o homem era designado como “chefe de família” e a mulher, sua “principal auxiliar”, estava em situação de inferioridade jurídica. Ao homem cabia zelar pelo sustento material da família enquanto o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos cabiam apenas as mulheres.

Atualmente, há ainda uma enorme diferença entre homens e mulheres, e essa diferença está principalmente nos ideais da sociedade que continua ainda com pensamentos e atitudes ultrapassados da superioridade masculina. “A característica da sociedade patriarcal, em sua forma mais absoluta, reside no estrito controle da sexualidade feminina.” (BADINTER, 1986, p. 95). Por isso, de acordo com Grolli (2004):

No patriarcalismo, o outro oprimido é a mulher, cujo destino é o cotidiano doméstico, pois este sistema enfatiza a necessidade de manter a mulher em seu estado de domesticidade, cumprindo o seu papel específico de rainha do lar, enquanto ao homem cabe a esfera pública. (p. 143-144).

Ademais, ao refletirmos acerca das leis brasileiras a respeito das mulheres, é perceptível que as mesmas foram tardias e vagarosas. De acordo com Moraes (2008, p. 504):

A Constituição de 1988 finalmente igualou os direitos civis das mulheres aos homens, tanto na vida pública como na privada. Com respeito à família, a nova Constituição determinou que “homens e mulheres têm os mesmos direitos na sociedade conjugal”. O mesmo artigo 226, parágrafo 3º e 4º, alterou o próprio conceito de família, determinando que, “para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” e entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Mas mesmo com os direitos civis garantidos pela lei, a efetivação destes é algo bem mais complexo, um grande obstáculo a isso é a violência contra a mulher, seja ela física, sexual, moral. Diariamente são atendidos inúmeros casos de violência, e

outros tantos que pelo medo ficam no silêncio, e o mais alarmante é que na maioria dos casos o ato de violência é cometido por homens que convivem com a vítima.

Leis vêm sendo criadas nos últimos anos a fim de uma maior proteção à mulher, mas o que realmente é necessário é a conscientização das mulheres de que elas não podem continuar caladas, não basta ter direitos, eles precisam ser efetivados.

Outro aspecto na história das mulheres brasileiras que deve ser levado em consideração é a falta de voz, pois como vimos, a entrada das mulheres na escola foi algo que demorou muito tempo para ocorrer, sendo assim muitas partes da história do Brasil foram contadas apenas por homens, as mulheres historicamente lutaram, trabalharam, mas ficaram de fora das páginas da história. Como escreve Moraes (2008, p. 506):

Ao longo da história do Brasil as mulheres não permaneceram omissas ou passivas. Na verdade, os estudos sobre a condição feminina realizados nas últimas décadas demonstram que, com relação a esse assunto, tratou-se menos de um silêncio por parte das mulheres do que do silêncio por parte da historiografia, seja devido a inexistência da documentação, à dificuldade de acesso a documentos manuscritos ou ainda à falta de interesse (que prevaleceu por um longo tempo), por parte dos pesquisadores, em encarar a questão.

Ter voz, ter oportunidades de expressar-se e ter coragem são essenciais para a emancipação feminina. Muita coisa já modificou-se, mas ainda tem muito o que se fazer. Se “empoderar” é algo necessário para a libertação das mulheres desse regime opressor. Empoderamento tem a mesma conotação de autonomia e de emancipação. Não é ter poder acerca do outro mas, sim, caminhar juntos, na perspectiva da consciência coletiva. Empoderamento significa denunciar toda e qualquer forma de opressão. É constituir-se enquanto sujeito, protagonista da história das relações de gênero. “Ao estarem empoderadas, elas estão aptas a defender seus interesses, seus direitos e o direito ao seu corpo como cuidado de si e não de um corpo para os outros.” (ANDRIOLI, 2016, p. 72).

Trilhar novos caminhos com vistas à emancipação é se livrar das amarras do passado e pensar em uma nova perspectiva de vida. Nos últimos séculos, o mundo e a história das mulheres passaram por muitas mudanças e muitas dessas mudanças foram boas, mas, ainda há um árduo caminho a ser percorrido, pois o machismo continua vivo na sociedade e tem marcas profundas ainda enraizadas na cultura e nos valores societários.

CAPÍTULO 3: OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE

Neste capítulo, aprofundaremos o cotidiano⁹ das mulheres assentadas, trazendo a pesquisa empírica por meio das entrevistas semiestruturadas, o diálogo com interlocutores e a problemática da opressão e da emancipação.

Ser mulher é um desafio que vai além das especificidades físicas e biológicas, pois requer muita força e determinação para enfrentar inúmeras dificuldades de um mundo em que a sociedade foi educada de uma maneira a acreditar na superioridade masculina e na docilidade e fragilidade feminina. Nesse contexto, muitas vezes, por mais que as mulheres mudassem o curso da história, acabam passando despercebidas aos olhos dessa sociedade. Segundo Toledo (2005, p. 33):

A origem da opressão da mulher está, portanto, ligada às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades que se conhece. As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinam toda a superestrutura ideológica dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral. Em especial, a opressão da mulher está vinculada à existência da propriedade privada dos meios de produção, e apenas poderá ser superada com uma mudança total na infraestrutura das sociedades assentadas nesse tipo de relação.

É perceptível, nessa perspectiva, que a opressão da mulher está diretamente ligada ao fator econômico, à dependência econômica. Ao analisarmos o contexto da realidade do Acampamento e Assentamento em questão ora estudado, onde o dinheiro é escasso, essa opressão torna-se mais nítida, pois, muitas vezes, as mulheres acabam ficando submetidas à violência e à exploração, por não terem outra perspectiva de vida, de futuro, a não ser o conjugal.

Ao realizarmos a descrição do cotidiano das mulheres, é primordial compreender como era a vida do povo, as relações humanas e sociais nesse período que vai desde o primeiro Acampamento, posteriormente, Assentamento e até os dias atuais.

⁹ “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade.” (HELLER, 2014, p. 31).

Assim, é fundamental a compreensão de que a realidade de vida das pessoas que decidem participar de um Acampamento é muito difícil. Existem tantas dificuldades que fica complicado relatar qual é a principal. Como exemplo, citamos: falta de acesso à saúde, à escola, à moradia digna, enfim, somente aqueles que realmente acreditam em uma vida melhor persistem nesta “dura” e longa caminhada.

É de fundamental importância salientar nesse trabalho, a dificuldade encontrada por essa pesquisadora na realização das entrevistas supra citadas. Deve-se considerar que são sujeitas que até então foram silenciadas, raras vezes tiveram voz, portanto, existe um bloqueio que as impede de se expressar verbalmente, seja por medo ou receio de uma repressão por parte daqueles que as julgam “inferiores”. Nesse sentido, se faz necessária a compreensão desses silêncios que falam muito e expressam toda e variadas formas de sentimentos reprimidos. Assim, Perrot (2007) nos auxilia nessa compreensão da invisibilidade feminina que perpetua há muito tempo, já que

as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. (p.16).

Nesse viés, podemos afirmar que os silêncios também falam! Eles se expressam, seja através do olhar, dos gestos, dos traumas, da dor, etc. Portanto, se nas entrelinhas do conteúdo citado pelas camponesas do Assentamento Marcos Freire ficarem dúvidas, ou até mesmo se as falas parecerem redundantes, lembremos que é a fala de mulheres que drasticamente encontram-se silenciadas e acudadas por uma sociedade que ainda infelizmente é extremamente patriarcal. Isso, contudo, vem se dissipando no dia a dia, onde cada vez mais mulheres assumem seu papel, de ser humano, protagonista de sua história.

Como já foi relatado no início desse trabalho, a origem do Assentamento se deu no chamado Acampamento Buraco (como mostra a Figura 2), onde em média três mil famílias ficaram acampadas em condições extremamente precárias, onde sobreviver era o principal objetivo destes indivíduos que em sua grande maioria viam aquilo como a única saída para mudarem as suas vidas. No Buraco, as dificuldades eram enormes, só não eram maiores que os sonhos do povo, sonho de ter um pedaço de terra para produzir o seu alimento e para sustentar a família de forma digna. Muitos

sonhos: sonho de ter escola, de ter casa boa, enfim, sonhos que fizeram com que essas famílias resistissem à fome, ao frio e à todas as adversidades e seguissem lutando.

Figura 2: Acampamento Buraco



INÍCIO DO ACAMPAMENTO, CHAMADO DE BURACO FUNDO.

Fonte: Arquivo Colégio Estadual do Campo José Alves dos Santos

No Acampamento do Buraco as dificuldades eram desde a rotina diária. Faltava comida, água potável, atendimento médico, enfim, a vida seguia de forma extremamente difícil, como relata Dona Maria¹⁰: “No buracão foi muito difícil no barraco, muita fumaceira, foi, ali morreu muita criança pequena, dava muita doença, né, tinha muita fumaça.” De acordo com as entrevistadas, as crianças foram as que mais sofreram nessa época. O local onde foi montado o Acampamento era uma baixada às margens da rodovia federal (BR 158), logo após o Rio Xagú. Havia ali muita umidade e a fumaça dos fogões à lenha não se dissipava e ficava no ar causando muitos problemas respiratórios. Além disso, o Acampamento começou às vésperas do inverno e devido ao frio os problemas se agravaram. Outro problema relacionado às crianças foi a desnutrição, causa que levou a Pastoral da Criança¹¹ a intervir e começar a trabalhar junto aos grupos do Acampamento, assim passou a ser

¹⁰ Levando em consideração os princípios éticos da pesquisa, os nomes utilizados são fictícios, mantendo assim o anonimato.

¹¹ É uma organização social da Igreja Católica que auxilia nas práticas de alimentação e saúde das crianças.

distribuída a multimistura¹² e sopa uma vez ao dia, o que não resolveu o problema, mas amenizou. Nesse contexto, Fátima relata a situação e expressa as dificuldades encontradas:

Chegamos no Buraco, debaixo de chuva, tudo era muito difícil, passamos muitas dificuldades até se organizar passamos frio e fome. A água era difícil, nada foi fácil, muitas doenças e a prefeitura não tratava bem o povo acampado, muito desprezo, crianças morreram e muitas ficaram muito doentes, mas mesmo assim fomos levando a vida, a ajuda vinha dos familiares que não estavam acampados, vinha também do governo, mas nunca chegava a todos. Até hoje não sei como suportei tanta dificuldade, o tempo passa, mas na memória tudo está vivo.

Como já relatado, a opressão tende a aumentar em um meio onde a questão econômica é precária. Assim, nesse contexto de extrema pobreza, onde falta quase tudo, inclusive acesso aos direitos, a opressão das mulheres é algo normalizado, tendo em vista que estamos tratando de algo que iniciou há vinte e quatro (24) anos, uma época que a maioria das mulheres pobres não sabia de seus direitos, tampouco, denunciava a violência. O homem camponês, pobre e com pouca educação trouxe consigo a fama de “machão”, homem rústico e grosseiro. Não podemos, contudo, generalizar, mas no Acampamento se encontravam inúmeros indivíduos que inferiorizavam suas companheiras, mesmos que estas estivessem na luta diária ao seu lado, ele sempre era considerado superior o verdadeiro chefe de família.

A violência contra a mulher no Acampamento se dava de muitas formas, quando elas eram agredidas e ninguém ajudava, quando eram impedidas de ter voz ativa, quando lhes era negado atendimento médico, enfim, a história de vida dessas mulheres é marcada de uma forma ou de outra pela opressão. A respeito disso, Fátima relata:

A gente via mulheres sendo agredidas, mas naquela época ninguém se metia, porque era briga de casal, hoje eu percebo que era violência o que acontecia, ninguém falava nada muitas vezes por medo, medo de perder o cadastro, medo de vingança, era muito difícil.

Apesar de tanta dificuldade e sofrimento, no Acampamento também havia espaço para muita solidariedade, como expresso por Marlene:

Nós se reunia de tarde pra costurar. No acampamento, chegava doações de roupas usadas e retalhos, então nós pegava costurava e fazia roupinhas de

¹² Multimistura: Mistura composta por farelos de arroz, de trigo, casca de ovo e folha de mandioca, usada pela Pastoral da Criança para a suplementação alimentar de crianças. (COORDENAÇÃO NACIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA, 2000).

criança e enxoval para as gestantes que não tinham dinheiro para comprar coisas novas, e isso era muito bom por que a gente se ocupava e fazia uma coisa boa para outras pessoas.

E, assim, a vida no Acampamento ia traçando seu rumo, um lugar onde tantas pessoas sofreram também se tornou berço de muitos aprendizados e de esperanças por um mundo melhor de se viver.

Esse período que foi de março a outubro de 1996, foi sem dúvidas o mais difícil e complicado, pois nessa área, não havia espaço para serem feitas plantações e pelo mesmo motivo não eram permitidos animais. Foram sete (7) meses que demoraram a passar, e a cada dia um novo desafio a ser cumprido.

Após esse período, ocorreu a ocupação da área da Fazenda Giacomet Marodin (como mostra a figura 3), e, assim, o Acampamento mudou de lugar e foi organizado na sede da fazenda, onde já haviam algumas estruturas, como barracões, casas e galpões que foram utilizados como escola, farmácia, e também utilizados pelas lideranças para fazerem as reuniões e assembleias.

Figura 3: Passagem dos trabalhadores Sem Terra pelo portão da fazenda Giacomet



Fonte: Arquivo Colégio Estadual do Campo José Alves dos Santos, foto de Sebastião Salgado

Nesse espaço, a vida das pessoas já começa mudar aos poucos, mesmo as dificuldades sendo enormes ainda, já podiam plantar alimentos, ter animais, enfim, podiam trabalhar para sustentar a família, porém, vigorava a figura do homem como o principal preceptor de renda da família.

Nesse Acampamento da Sede, as famílias ficaram por cerca de dois anos, mas aqui cabe ressaltar o fato de estarmos falando do Assentamento Marcos Freire, pois das famílias acampadas, cerca de 900 foram assentadas no Assentamento Ireno Alves dos Santos, e as demais ficaram como excedentes, gerando, assim, muita

angústia e tristeza, pelo fato destas pessoas que “sobraram”, não saberem pra onde iriam.

Depois de um ano de luta dos ditos excedentes e também daqueles que já haviam sido contemplados com um lote, foram assentados, em uma área da mesma fazenda, dando origem ao Assentamento Marcos Freire.

A partir daqui passamos a relatar a história das mulheres assentadas do Assentamento Marcos Freire.

A chegada das famílias em seus lotes, foi motivo de muita alegria, afinal era a conquista do tão sonhado pedaço de terra. O começo, no entanto, foi muito difícil, havia muita coisa a ser desbravada e agora cabia à família o trabalho em seu lote, muitas vezes, não tendo ajuda de ninguém, nem mesmo do governo. Essa situação é descrita por Joana:

Era bem difícil, porque não tinha estrada pra sair, tinha que andar de a pé muito longe, não tinha acesso assim de usar telefone, tinha que as vezes ir até o Rio Bonito pra gente poder ligar pras pessoas que a gente queria contato, conversar, às vezes ia daqui lá na Barraginha, que diz que dá 12 quilômetros, a gente ia a pé daqui lá, era bem sofrido,[...] mas, assim, nunca reclamei que aqui era ruim nem nada, foi difícil, mas a gente venceu e estamos aqui, graças a Deus.

Como vemos, mesmo com todas as dificuldades a perspectiva de um sonho possível de conquista da terra estava presente no horizonte não longínquo, um esperar com perspectivas de novos rumos para a família, como descrito por Joana:

Nós viemos por que nós queria um pedaço de chão pra gente trabalhar e viver mais tranquilo, que a gente não gostava da cidade né, a gente gostava mais de sítio, mas não tinha condições de ter um pedaço de terra, daí a gente veio pra cá.

A respeito das dificuldades enfrentadas nos lotes, Marcela ressalta as adversidades da vida e as condições precárias enfrentadas no dia a dia:

Era muito difícil, tivemos que fazer barraco de lona, o calor era muito forte,[...] a gente tinha dificuldade enorme pra tudo quanto é coisa, a gente não tinha água encanada, a gente bebia água da sanga de um rio e ali as pessoas, as crianças ficavam doentes com dor de barriga, ficavam com a pele manchada, mas graças a Deus as coisas foram mudando.

Aos poucos, foram se organizando em suas terras e trabalhando para melhorar de vida. Faltava incentivos econômicos do governo com políticas públicas,

tanto que ficaram mais de dois anos sem energia elétrica, o que dificultava o trabalho, como por exemplo impossibilitava a venda de leite, já que este necessitava de refrigeração. Com o passar do tempo, as coisas foram se organizando, foram construídas escolas, centros comunitários, igrejas e, posteriormente, o posto de saúde.

No cotidiano do Assentamento sempre teve muito trabalho. Geralmente, se envolvia toda a família, o que não significa que o lucro ou o resultado era dividido em partes iguais, na maioria dos casos o homem ficava responsável por gerir e administrar o dinheiro, criando, assim, uma dependência da mulher, o que dificultava a sua autonomia.

Não só no campo, mas em todas as áreas da sociedade, a mulher sempre trabalhou, lutou e construiu, mas, ao mesmo tempo, ficou apagada atrás da sombra do homem trabalhador. Como escreve Saffioti (2013, p. 63):

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer a mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe de família.

Na região onde está localizado o Assentamento Marcos Freire, nas lutas pela Reforma Agrária, os homens sempre ocuparam a maioria dos postos de lideranças, sendo exceções os casos de mulheres lideranças. Elas até tinham se organizado em grupo de mulheres onde discutiam saúde, alimentação, educação, entre outros assuntos, mas não assuntos diretamente ligados às tomadas de decisões em relação ao futuro da comunidade.

Essa ligação que a sociedade tradicionalmente patriarcal faz da mulher a tudo relacionado às coisas domésticas e à criação dos filhos, torna a mesma como dependente, como incapaz de ir além, sendo subestimada e desestimulada a evoluir criticamente.

Essa desvalorização do trabalho da mulher, faz com que na prática ela trabalhe ainda mais, pois se ela trabalha a tarde toda “ajudando” seu marido, quando chega em casa tem que dar conta de todos os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, já que estes são sua obrigação. Assim, as mulheres possuem uma jornada dupla ou tripla de trabalho, e contudo não são consideradas chefes de família. Isso,

muitas vezes, é reflexo de uma superioridade masculina já instalada no espaço de vivência societário.

Na roça, não obstante seja poupada dos trabalhos mais rudes, sua contribuição pode ser igualada à do homem. Ao lado desse trabalho, cujo produto constitui parcela dos meios de subsistência da família, a mulher realiza ainda todos os serviços domésticos, aí incluído o cuidado de numerosos filhos. Esta situação de sobrecarga da mulher na sociedade sexual e econômica conjugal não lhe confere, entretanto, posição de paridade com o marido a não ser na intimidade do lar - longe, portanto, de estranhos. Diante destes, ela assume um papel secundário, não ousando se imiscuir nas conversações e até mesmo permanecer no recinto em que os homens palestram. (SAFFIOTI, 2013, p. 262).

Caso o leitor simplesmente leia o trecho anterior, sem um conhecimento acerca da realidade em si, pode pensar que o relato é algo ultrapassado e que já foi deixado para trás, porém, a realidade nos dias atuais pouco mudou, a mulher vem buscando a sua autonomia, porém, existem ainda muitos empecilhos impostos pela sociedade tradicional.

Cabe ressaltar, entretanto, que no cotidiano do Assentamento, as mulheres desenvolvem diversos trabalhos, muitos deles principais geradores de renda da família, mas uma minoria dessas mulheres é responsável por administrar essa renda. Um exemplo desses trabalhos é a produção de leite, as mulheres ordenham as vacas, cuidam delas, mas as mesmas pertencem ao marido, e quanto ao lucro mensal, a maioria ressalta que não fica com parte desse dinheiro, primeiro são pagas as contas básicas (saúde e alimentação) e o restante fica a critério do “chefe” de família. A respeito da gestão do dinheiro da família, Irene relata:

Então, aqui em casa eu sempre trabalhei junto, sempre ajudando né, ele ia fazer uma coisa e eu ia junto, ia não, vou ainda, mas sobre administrar o dinheiro sempre foi ele, eu só trabalhava mesmo, nunca vi um real na minha mão, e a nossa renda mensal é a pensão dele por causa de doença, e vem descontado empréstimo de banco, paga luz, paga internet, abastece o carro, paga conta na veterinária e o que sobra né, é o que a gente tem pra viver por mês, aí a gente também cria gado de corte né, mas ele vende e administra o dinheiro e sempre, sempre foi ele que administrou o dinheiro, eu mesma nunca pego o dinheiro.

Percebe-se com o relato acima que ainda há muita dependência das mulheres em relação aos homens principalmente no que concerne a questões financeiras. O “gestor” do dinheiro é o homem. A mulher, muitas vezes, precisa implorar para ter acesso ao mesmo. Mesmo assim, as mulheres encontram saídas, ou seja, fazem

trabalhos manuais como crochê, vendem cosméticos para, muitas vezes, comprar algo que elas queiram. De acordo com Irene:

Eu não tenho renda nenhuma né, daí às vezes para não pedir dinheiro, que eu não gosto de pedir dinheiro, se eu precisar de 10 reais eu vendo uma coisa, eu trabalho e faço o dinheirinho que estou precisando, faço crochê, faço alguma coisa, vendo produtos da Avon, vendo remédio natural e essa aí é minha rendinha, nunca administrei o dinheiro na verdade.

O trabalho da mulher, nesse contexto, é muitas vezes invisibilizado. Elas trabalham na roça, cuidam da casa e dos filhos, fazem trabalhos manuais e não têm acesso ao resultado do trabalho transformado em moeda nacional. Isso, sem dúvida, é uma forma de opressão patriarcal vivenciada na “flor da pele” pelas mulheres do campo. Por ingenuidade, repressão ou medo muitas mulheres acabam se submetendo a inúmeras situações de violência e nesse caso podemos apontar que se trata de violência patrimonial. Por se tratar de violência patrimonial, definida no Inciso IV do art. 7º da LEI 11.340/2006, é vista como: “[...] qualquer ato que implique retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possua titularidade.” (PEREIRA *et al*, 2013, p. 212). Segundo Cunha e Pinto (2008, p. 21) “(...) esta forma de violência [a patrimonial] (...) raramente se apresenta separada das demais, servindo, quase sempre, como meio para agredir, física ou psicologicamente, a vítima.”

O testemunho de Irene só aprofunda as raízes da opressão, silenciadas e ocultadas pela sociedade. De acordo com ela:

[:::] trabalho na roça, trabalho na casa e não sei se isso se chama opressão né, mas muitas vezes dói na gente, por que a gente quer comprar as coisinhas pra dentro de casa, e nunca tem, nunca pode e nunca consegue, é sempre que pego dinheiro já tá devendo lá pra frente, de uma coisa ou outra. Então, isso aí sempre trabalhei e sempre gostei de ter o meu dinheiro, por que se eu pedir 10 reais e me perguntar pra que que eu quero esses 10 reais, eu já não gosto, porque eu acho que assim como a mulher trabalha ela também tem o direito de pegar o dinheiro né, mas eu mesmo não peço dinheiro, não gosto de pedir de dinheiro, trabalho tudo quietinha.

Ao ser questionada acerca da produção em seu quintal e na roça, é perceptível que ainda há muito trabalho manual, sem acesso a mecanização agrícola, o que gera um esforço sem precedentes. Uma realidade pouco evidenciada nos dias atuais pelo capitalismo em ascensão. Conforme Irene:

[...] já rocei, já carpi, quebrei milho, tudo né, puxar milho nas costas a gente precisa também, porque o lugar que a gente planta não vai trator, não vai nada, não vai carroça pra gente puxar, daí tem que puxar nas costas, a vida é dura e sempre foi assim e faz 30 anos que sou casada. Comecei trabalhando com 8 anos, tive que começar trabalhar nos bóia fria, porque a gente sempre foi pobre, mas sempre gostei de ter meu dinheirinho mesmo. Então, não peço dinheiro não, porque eu acho que não precisaria a gente pedir né, por que eu acho que os maridos tinham que saber que as mulheres também têm necessidade de comprar, de ter o seu dinheiro, então, acho que não vejo a necessidade de ficar pedindo, se humilhando e pedindo dinheiro. Então a gente come o que tem, planta o que pode e colhe o que pode, e assim a vida vai seguindo. Na verdade, a vida da gente se for contar desde o início, a vida inteira pessoal da gente daria, eu acho umas três novelas e daria para escrever um livro também.

A realidade acima relatada é a mesma de muitas mulheres camponesas, que mesmo dando a vida pelo trabalho e pela família, não são reconhecidas e vivem em uma dependência muito forte ainda de seus companheiros.

Quanto à divisão das tarefas domésticas, o resultado não surpreende, cerca de 70% das entrevistadas relatam que são as responsáveis por realizarem estas tarefas, mesmo que passem o dia trabalhando em outros afazeres e, ao chegarem em casa, precisam dar conta de organizar a casa, fazer comida e ainda cuidar e dar atenção aos filhos. Como cita Perrot (2007, p. 114–115):

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. É um peso em seus ombros, pois é de responsabilidade delas. [...] O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais.

Esse modo de vida do campo está enraizado nas camadas mais profundas da sociedade e vem sendo passado de geração para geração, porém, não é imutável e sim, passível de modificação. A desvalorização feminina, contudo, é algo que vai além das relações humanas, pois muitas vezes não se tem a consciência de seu papel opressor, incorporando automaticamente algumas ações refletidas pela cultura e os modos de ser e de agir herdadas da família, da escola e da sociedade de modo geral. De acordo com Perrot (2007, p. 109):

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. Não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja. Sua maneira de lidar com o dinheiro trazia problemas, ainda mais quando eram casadas.

A questão de serem “ajudantes”, ainda está muito presente no cotidiano das mulheres camponesas. Quando perguntado às entrevistadas que trabalhos elas exerciam, as mesmas respondiam que trabalhavam em casa, na horta e “ajudavam” seus maridos nas tarefas da roça, ou seja, esse árduo trabalho é visto até mesmo pelas próprias mulheres como apenas uma “ajuda” ao homem e não um trabalho de fato.

A vida diária das camponesas, não é uma vida fácil, ela precisa se desdobrar para atender todas as responsabilidades que são a elas atribuídas e isso, como já citado, está enraizado na sociedade desde muito tempo, e não é uma tarefa fácil cortar essas raízes. Nesse sentido, Perrot (2007, p.111), salienta que:

A vida das camponesas era regrada pela família e dos ritmos dos campos. Numa rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta. [...] De acordo com a idade e a posição na família, elas trabalhavam no campo por ocasião de colheitas de todos os tipos, de batatas a vindimas, curvadas sobre a terra ou sob o peso de cargas. A velha camponesa é uma mulher recurvada. Elas cuidavam do rebanho, das vacas, que vigiavam e ordenhavam.

A autora se refere às camponesas da Idade Média, mas nos parece muito atual, pelo fato de esta ser a realidade de muitas mulheres no campo que se dedicam à casa e à horta, com poucas perspectivas de mudança. Na realidade do Assentamento, onde as mulheres passam por um histórico de lutas e desafios, essa realidade opressora parece ser amenizada, pois aparentemente há mais autonomia, contudo, a realidade no seio familiar é diferente, pois as características da família tradicional continuam latentes no cotidiano.

No decorrer das entrevistas, as mulheres relataram a importância da Reforma Agrária em suas vidas e que, apesar de tantas dificuldades, um pedaço de terra para viver e trabalhar mudou muito as suas vidas e que essa conquista foi muito relevante em suas trajetórias. Como relata Marcela:

Graças a Deus a gente venceu. Hoje, a metade das mulheres aqui do assentamento não são completamente independentes, dependem do marido pra muitas coisas, mas a gente se vira com bastante coisa, a gente trabalha, a gente tira leite, trabalha no sítio, a gente faz muita coisa. Hoje, a gente tem mais experiência e venceu muitas batalhas, e eu tenho orgulho de dizer que moro no assentamento, gosto muito do lugar, gosto muito dos meus vizinhos, me dou bem com todo mundo. E agradeço a Deus todos os dias pela oportunidade que nos deu de ter um pedaço de chão e a gente viver dele, e tirar nosso alimento e sustento do próprio sítio onde a gente mora.

As mulheres assentadas, assim como todas as mulheres trabalhadoras, trazem consigo uma grande força, capaz de transformar as adversidades da vida em aprendizados e força para seguir a vida.

As entrevistadas, mesmo não tendo muitas vezes clareza suficiente do que é opressão, sabem que a situação das mulheres precisa mudar, e relatam que têm expectativas que as suas vidas mudem, que os homens tenham consciência do valor do trabalho de suas companheiras, o desejo da maioria é ser reconhecida e respeitada pelo que é e pelo que faz.

A respeito das perspectivas para o futuro, Irene relata “O que eu espero pro meu futuro é ter meu dinheiro próprio, talvez conseguir umas vaquinhas de leite pra gente ter o dinheiro próprio da gente e esperar minha aposentadoria.” Assim como Irene, a maioria das entrevistadas vê o dinheiro como o principal fator capaz de trazer independência, pois sendo estas dependentes economicamente de seus maridos, não se sentem capazes de tomar atitudes que possam vir a interferir na vida familiar, já que não teriam outra forma de se manter.

Ter direitos iguais entre homens e mulheres parece algo óbvio, mas ainda é o sonho de muitas mulheres que não enxergam isso acontecendo na prática diária. Há ainda um grande abismo entre a teoria e a prática. Houveram muitas conquistas para as mulheres nos últimos tempos, contudo, estamos distantes do ideal.

Não podemos deixar de ressaltar, entretanto, que estamos tratando aqui de mulheres trabalhadoras que mesmo não tendo consciência, fazem parte da classe trabalhadora. A perspectiva de uma emancipação real e duradoura das mulheres se faz com e a partir da classe trabalhadora. É um sonho possível de ser almejado, rumo à igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar acerca da temática da opressão ainda é um desafio em nossa sociedade. Muitas vezes, instaura-se medo ao desvelar realidades de dor e de sofrimento, mascaradas pelo fato de nascer-se do sexo feminino.

A pesquisa deixou claro a importância de conhecermos a realidade como ela é de fato, para podermos aplicar a teoria, pois há ainda um grande abismo entre estas. Teoricamente, existem muitos direitos para as mulheres, mas a efetivação, muitas vezes não chega àquelas mulheres que realmente necessitam.

Nos diálogos realizados ao longo da elaboração desse trabalho, percebemos que a opressão da mulher é algo que está enraizado há muito tempo na sociedade e que as pessoas acabam disseminando isso em seu cotidiano mesmo que involuntariamente, pois elas relataram normalmente situações opressoras como sendo coisas extremamente normais em suas vidas. É notório também observar as diversas formas de violência muitas vezes ocultadas pela fala: simbólica, patrimonial e psicológica.

Entrevistar essas camponesas não foi uma tarefa simples, pelo fato de ser um assunto que mexe com a realidade e com os sentimentos das mesmas. Anteriormente, havíamos tido alguns diálogos a respeito do tema, mas algumas não quiseram relatar suas experiências de vida, outras preferiram apenas contar partes de sua história, sempre deixando de lado os temas de violência e opressão, isso pelo fato de terem medo de expor a realidade e temerem consequências, isso mesmo depois de deixarmos claro que no presente trabalho não usaríamos nomes e a identidade de cada uma seria preservada.

A pesquisa nos possibilitou conhecer um pouco mais sobre a história das mulheres assentadas do Assentamento Marcos Freire, compreendendo como vivem, como viviam e como estas levam suas vidas em busca da liberdade e da emancipação.

É perceptível que a opressão da mulher está diretamente ligada à opressão sócioeconômica de classe e se enraíza principalmente no espaço doméstico, onde o dominador é o homem, principalmente pela gestão do dinheiro no espaço familiar.

A tomada de consciência é o primeiro passo para a emancipação, seja ela das mulheres ou de todos os oprimidos. Isso, contudo, não é algo simples de acontecer, pois existem muitos fatores envolvidos, como direito ao acesso à educação, à saúde,

enfim, fatores que no fundo estão relacionados com o fator econômico, pois quanto mais pobre a mulher, mais difícil a efetivação desses direitos.

Mas vale ressaltar que ter a consciência do que é ser vítima de opressão não é o suficiente para se libertar de tal situação, pois algumas entrevistadas relataram ser cientes de que sofrem ou sofreram opressão ao longo de suas vidas, mas as condições de vida não lhes permitiam mudar o contexto, pelo fato de serem economicamente dependentes de seus companheiros.

A emancipação das mulheres somente seria possível se houvesse uma tomada de consciência da sociedade como um todo, rever os velhos tabus criados em torno do ser mulher, e colocar a mulher como parte integrante e igualitária em todos os âmbitos. Isso implica deixar para trás aquela visão de inferioridade que foi imposta à milhares de anos às mulheres, e isso começa com a educação, para que as próximas gerações não cresçam com o pensamento antiquado e machista que vemos hoje em dia.

Ser mulher hoje é um grande desafio, que faz com que cada uma se desdobre em várias funções buscando afirmar seu lugar de direito na sociedade, lugar esse que deveria ser garantido por lei, mas como bem sabemos não é isso que acontece.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLI, Liria Ângela. **RELIGIOSIDADE E MÍSTICA NO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTO CRISTO/RS: UM PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES POR MEIO DA EDUCAÇÃO POPULAR**. 2016. 163 p. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Doutorado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), 2016.
- BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**: relações de gênero entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BASTOS, Rossano. **Masculinidades: múltiplas?** SINJUSC, 2020.
- COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ ALVES DOS SANTOS. **Acervo de fotografias**. Disponível em: <http://www.rbnjosealvesantos.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=34>. Acesso em: 10.01.2021.
- CONDETEC (Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu). **Território Cantuquiriguaçu Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.
- CARVALHO, Lisane. **Processos organizativos nos assentamentos de Reforma Agrária Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu – PR**. UNESP: Presidente Prudente, 2011. Monografia.
- CARVALHO, Talita de. **O que é o capitalismo**. Politize, 2018.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA. **Alimentação Enriquecida - alguns cuidados importantes**. Curitiba, 2000.
- CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)**, comentada artigo por artigo. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- DALAQUA, Gustavo Hessmann. **O que é opressão?** Disponível em: https://www.academia.edu/41444116/O_que_%C3%A9_opress%C3%A3o. Acesso em: 10 de outubro de 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30. Gráfica e Editora Peres, 1998.
- FERNANDES, Cláudio. Família patriarcal no Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.
- GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos**. Antologia de Textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.
- GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GROLLI, Dorilda. **Alteridade e feminino**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17° ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.
- FREIRE, Paul.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GALERA, Inês Filomena. **Rio Bonito do Iguaçu um Rio de histórias**, 1° ed., Rio Bonito do Iguaçu -PR: Gráfica Xagu, 2009.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Vozes: Petrópolis, 1991.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1.a fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguacu.pdf. Acesso em 16.12.2020.
- LAGARDE, Marcela. **Para mi socias de la vida**. Claves feministas para el poderío y la autonomia de las mujeres. Claves feministas para liderazgos entrañables. Claves feministas para la negociación en el amor. Madrid: Horas y Horas, 2005.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2008.
- PAES, Paulo Cesar Duarte, GUEDES, Olegna de Souza. **Emancipação humana e o debate dos direitos humanos**. *Ser Social*, Brasília, v. 17, n. 37, p. 310-325, jul.-dez./2015.
- PEREIRA, Rita de Cássia Bhering Ramos *et al.* O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER: PERCEPÇÕES DAS VÍTIMAS. In: **Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Oikos. Viçosa, v. 24, n.1, p.207-236, 2013.
- PERROT, Michelle. **Minha história de mulheres**. [tradução Angela M. S. Côrrea].- São Paulo: Contexto, 2007.
- PINA, Rute. HOSHINO, Camila. **Entenda o conflito entre o MST e a madeireira Araupel no Paraná**. *Jornal Brasil de Fato*, 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, C. S. **Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do núcleo da rede ecovida de agroecologia luta camponesa**. Dissertação de mestrado. Laranjeiras do Sul, PR - PPGADR/UFGS, 2016.
- TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/Dialocidade (Verbete). In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

APÊNDICE

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS NO ASSENTAMENTO

1. Como surgiu o Assentamento Marcos Freire? Conte a sua história.
2. Houve conflitos agrários na passagem do Acampamento para o Assentamento?
3. Quantas famílias residem no Assentamento?
4. O que as famílias produzem no Assentamento? Há preocupação com a utilização de venenos?
5. As mulheres se preocupam mais com a agroecologia do que os homens?

MULHERES

1. Como é seu nome? Tem filhos?
2. Como é o seu cotidiano? Como é o seu dia a dia? Você acorda cedo? Faz almoço, janta? Limpa a casa? Trabalha na agricultura?
3. O marido divide as tarefas da casa?
4. Você participa de alguma reunião na comunidade? Na Igreja? Se sim, isso te fortalece?
5. Há algum grupo de mulheres no Assentamento?
6. O que você entende por autonomia, emancipação?
7. Você acha que há mulheres que são oprimidas no Assentamento?